



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE FREDERICO WESTPHALEN EM 19.05.2015

Aos 19 dias do mês de maio de 2015, compareceu à sede da Vara do Trabalho de Frederico Westphalen a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0002176-91.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Titular Diogo Souza, pela Diretora de Secretaria Maria Augusta Roani e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 11.07.1980

Data da última correição realizada: 15.07.2014

Data de Instalação do PJe: 10.04.2015

Jurisdição: Alpestre, Ametista do Sul, Caiçara, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Erval Seco, Frederico Westphalen, Iraí, Jaboticaba, Novo Tiradentes, Palmitinho, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Rodeio Bonito, Seberi, Taquaruçu do Sul, Trindade do Sul, Vicente Dutra e Vista Alegre.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 19.05.2015

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de Frederico Westphalen pertence à 69ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende 02 vagas de zoneamento, ocupadas pelos Juizes Substitutos **Fernando Reichenbach** e **Felipe Jakobson Lerrer**.

2.1.2 Juiz Atual

Juiz (a)	Situação	Período
Diogo Souza	Juiz Titular	Desde 10.10.2014

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 24.04.2015)



2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	José Carlos Dal Ri	18.03.2013 a 16.02.2014	Juiz Titular	10 meses e 29 dias
2	Patrícia Helena Alves de Souza	06.06.2014 a 14.09.2014	Juíza Titular	3 meses e 9 dias
*	Diogo Souza	Juiz Titular desde 10.10.2014		
3	Giani Gabriel Cardozo	07 a 14.01.2014 16.01 a 05.02.2014	Atuação em razão das férias do Juiz Titular	28 dias
4	Rafael Moreira de Abreu	17.02 a 09.03.2014	Atuação em razão da vacância da titularidade da Vara	23 dias
5	Rachel Albuquerque de Medeiros Mello	10.03 a 04.05.2014	Atuação em razão da vacância da titularidade da Vara	73 dias
		12 a 29.06.2014	Atuação em razão das férias da Juíza Titular	
6	Bárbara Fagundes	05.05 a 05.06.2014 15.09 a 09.10.2014	Atuação em razão da vacância da titularidade da Vara	90 dias
		30.06 a 11.07.2014 10 a 19.10.2014 20.10 a 02.11.2014	Atuação em razão das férias do(a) Juiz(íza) Titular	
7	Felipe Jakobson Lerrer (Juiz Substituto zoneado)	03 a 09.11.2014	Atuação em razão das férias do Juiz Titular	7 dias
8	Evandro Luís Urnau	09.02 a 10.03.2015	Atuação em razão das férias do Juiz Titular	33 dias
		13.03.2015	Atuação em pauta em razão do impedimento do Juiz Titular	
9	Fernando Reichenbach (Juiz Substituto zoneado)	06 a 24.04.2015	Atuação em razão da Licença para Tratamento de Saúde (LTS) do Juiz Titular	19 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 24.04.2015)



2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	José Carlos Dal Ri	Férias	07 a 14.01.2014 16.01 a 05.02.2014	29 dias
	Patrícia Helena Alves de Souza	Férias	12.06 a 11.07.2014	30 dias
	Diogo Souza	Férias	10.10 a 09.11.2014 09.02 a 10.03.2015	61 dias
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	06 a 24.04.2015	19 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 24.04.2015)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Maria Augusta Roani	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretora de Secretaria (CJ3)	19.01.1994
2	Marcos Dias Marino	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	15.12.2014
3	Cristiano Silva dos Santos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretora de Secretaria (FC04)	21.07.2008
4	Ana Lúcia Gutkoski	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	25.06.1990
5	Adriana Trevisol Frighetto**	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	08.11.2006
6	Aldo Sorensen Ghisolfi***	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	25.03.2013
7	Clarinda Calegari	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	12.08.1993
8	Eunice Tonolli Panazzolo Bacha	Técnico Judiciário –	-	02.05.2013



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		Área Administrativa		
*	Dilson Da Silva	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	18.07.2012
*	Sidinei Mazzutti	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	23.08.2013

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 23.04.2015)

* Servidor que ocupa cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal não conta para fins de lotação na Unidade Judiciária.

** Servidora registra lotação anterior na Unidade de 14.11.1994 a 13.08.2000.

*** Servidor registra lotação anterior na Unidade de 03.03.2011 a 26.08.2012.

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
777 processos	751 a 1.000	8 servidores	9 a 10 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de Frederico Westphalen está **abaixo** do parâmetro previsto na referida norma.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Adriana Trevisol Frighetto	Licença-Gestante	120	248
	Prorrogação da Licença	60	
	Doença em Pessoa da Família	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	67	
Aldo Sorensen Ghisolfi	Dispensa Médica	1	8
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	7	
Ana Lúcia Gutkoski	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	64	64



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Clarinda Calegari	Falecimento de Pessoa da Família	8	24
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	16	
Cristiano Silva dos Santos	Curso ou Evento	13	14
	Dispensa Médica	1	
Dilson da Silva	-	-	-
Eunice Tonolli Panazzolo Bacha	Doença em Pessoa da Família	3	5
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
Marcos Dias Marino* (desde 15.12.2014)	-	-	-
Maria Augusta Roani	Curso ou Evento	4	15
	Falecimento de Pessoa da Família	8	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	
Sidinei Mazzutti	Licença- Paternidade	5	5

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.04.2015)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Mariano Fragoso Machado*	25.03.2013	26.02.2014	11 meses e 2 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Alegrete - Assistente de Juiz T (FC05)
2	Ricardo Mensch	13.10.2010	11.05.2014	3 anos, 6 meses e 29 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Osório
3	Tiago Fagundes*	13.06.2014	23.09.2014	3 meses e 11 dias	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Lajeado - Assistente de Juiz T (FC05)
4	João Henrique Pit Venzo	14.12.2012	06.01.2015	2 anos e 23 dias	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Sapiiranga - Assistente de



					Juiz T (FC05)
--	--	--	--	--	---------------

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.04.2015)

* O servidor já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz(FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

2.2.5 Estagiários

	Estagiário	Curso em Andamento	Período
1	Milton Gustavo Machado	Superior em Direito	20.01.2014 a 19.07.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.04.2015)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juizes Titulares e dos Juizes Substitutos Zoneados durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titulares	José Carlos Dal Ri	-	-	23	23
	Patrícia Helena Alves de Souza	-	-	-	-
	Diogo Souza	-	3	15	18
Substitutos Zoneados	Fernando Reichenbach	-	-	15	15
	Felipe Jakobson Lerrer	-	-	135	135

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.04.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Adriana Trevisol Frighetto	-	20	25	45
Aldo Sorensen Ghisolfi	-	20	101	121
Ana Lúcia Gutkoski	-	28	87	115
Clarinda Calegari	-	20	155	175
Cristiano Silva dos Santos	-	-	74	74
Dilson da Silva	20	5	140	165
Eunice Tonolli Panazzolo Bacha	20	20	35	75
Marcos Dias Marino	-	-	-	-
Maria Augusta Roani*	-	60	60,8	120,8
Sidinei Mazzutti	-	5	95	100



(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 27.04.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

* Gestora da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	842	1.094	29,93%	1.121	2,47%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	73	116	58,90%	106	-8,62%
Pendentes de finalização na fase de execução***	597	681	14,07%	694	1,91%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	28	22	-21,43%	29	31,82%
Total	1.540	1.913	24,22%	1.950	1,93%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2015)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

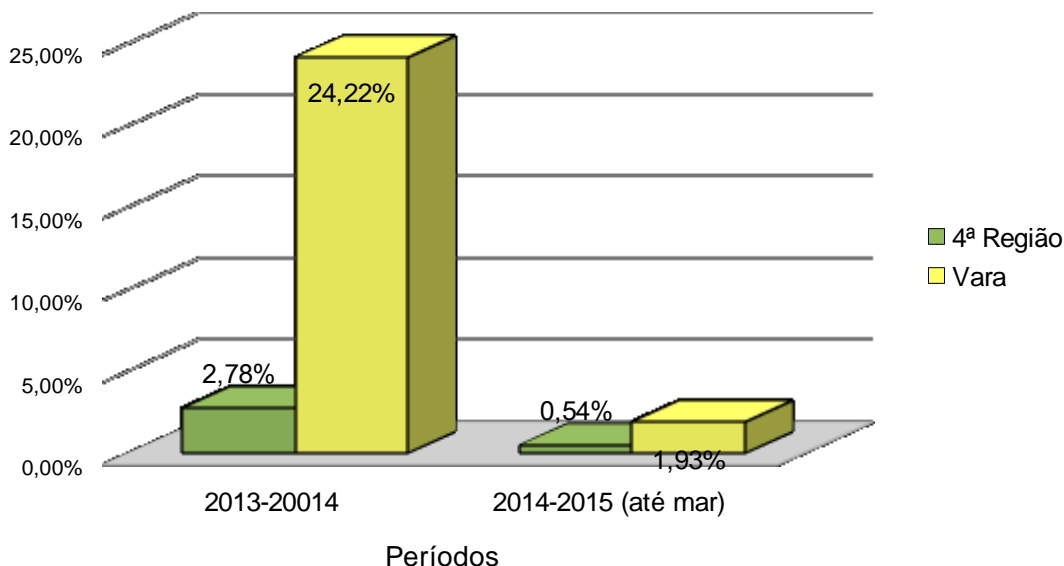
** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve majoração de 24,22% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, a cognição foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 252 processos). No período, apenas as cartas precatórias pendentes de cumprimento/devolução registraram redução (queda de 6 processos). A variação do acervo de processos na Vara do Trabalho de Frederico Westphalen em 2014 foi superior ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrado um aumento de 2,78% dos processos em tramitação.



Variação percentual do acervo de processos tramitando



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Casos novos	757	959	26,68%	153	-84,05%
Sentenças anuladas/reformadas	11	6	-45,45%	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	726	682	-6,06%	181	-73,46%
Processos pendentes de solução	398	670	68,34%	649	-3,13%

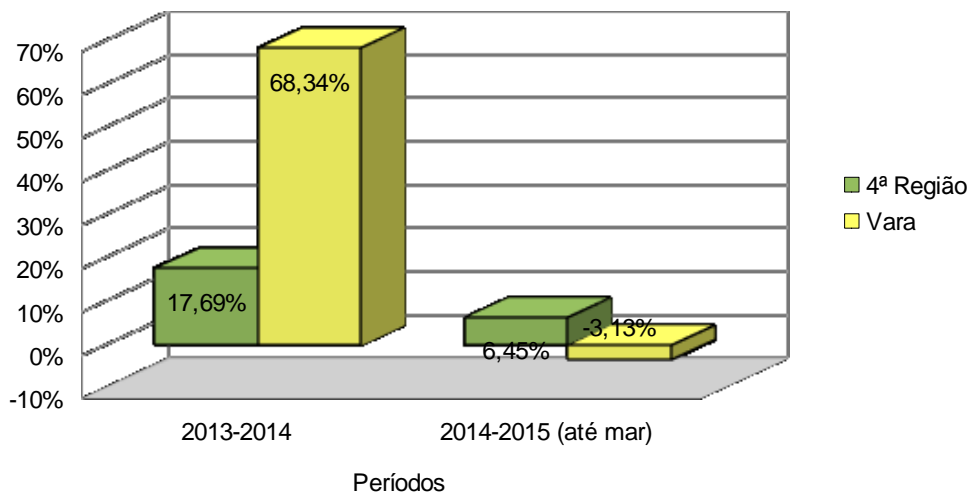
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2015)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se aumento de 68,34% do estoque de processos pendentes de solução na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 398 para 670 processos). O principal fator dessa aumento foi o acréscimo de 26,68% no número de casos novos, combinado com a queda de 6,06% no número de processos solucionados. O aumento do estoque na Unidade foi bastante superior à média verificada em toda a 4ª Região em 2014, que registrou aumento do número de processos pendentes na fase de conhecimento em 17,69%.



Variação percentual dos processos pendedes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendedes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes (71,04%) se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2014. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2013 a 31.12.2014, houve aumento de 54 processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendedes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Aguardando 1ª sessão de audiência	148	93	-37,16%	119	27,96%
Aguardando encerramento da instrução	226	476	110,62%	439	-7,77%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	24	47	95,83%	51	8,51%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	0	54	-	40	-25,93%
TOTAL	398	670	68,34%	649	-3,13%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2015)

3.2.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Frederico Westphalen - Vara	38,68%	49,96%	29,16%	78,01%	56,13%
Média no TRT4 - 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	78,33%	76,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{número de processos solucionados}}{\text{resíduo anterior} + \text{processos recebidos}}$



A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados, em determinado período, em relação ao total pendentes de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 49,96% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 29,16% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 5,63 pontos percentuais.

3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 31.03)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	249	34,3	263	38,56	73	40,33
	Julgado procedente	11	1,52	11	1,61	12	6,63
	Julgado procedente em parte	292	40,22	281	41,2	62	34,25
	Julgado improcedente	61	8,4	27	3,96	6	3,31
	Extinto	4	0,55	0	0	0	0
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
Sem exame de mérito	Extinto	13	1,79	9	1,32	5	2,76
	Arquivamento (art. 844 CLT)	38	5,23	37	5,43	12	6,63
	Desistência	14	1,93	21	3,08	7	3,87
	Outras decisões	44	6,06	33	4,84	4	2,21
TOTAL		726	100	682	100	181	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2015)

Verificou-se diminuição de 44 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014, na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 6,06%. Essa queda foi superior à da 4ª Região que, em 2014, apresentou uma redução média de 2,67%.

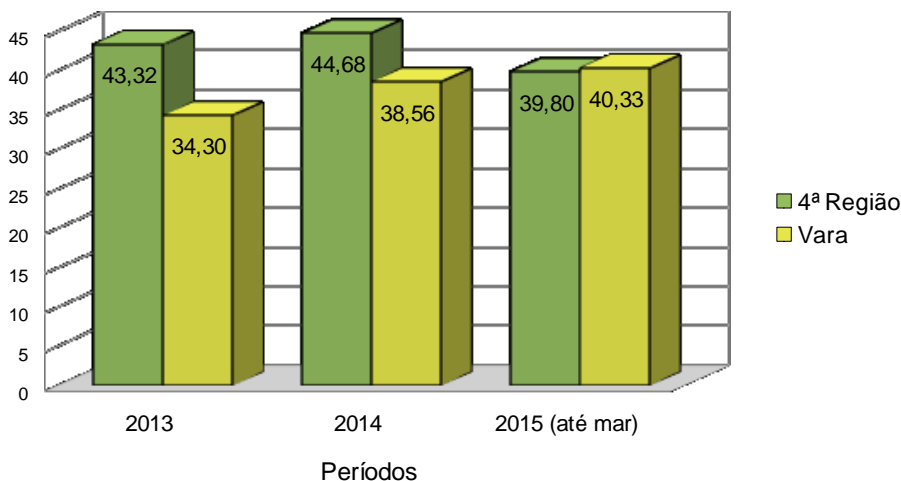
Dentre os tipos de solução, verificou-se queda no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 368 decisões com resolução de mérito na Unidade. Em 2014, esse número recuou para 319 decisões, representando uma redução de 13,32%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito é inferior ao do TRT4, o qual registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

Todavia, a análise do quadro acima demonstra aumento do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 249, representando 34,3% dos processos solucionados. Já em 2014, o número total de



conciliações subiu para 263, correspondendo a 38,56% das soluções na fase de conhecimento. Ainda assim, esse índice foi inferior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%.

Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Iniciadas	178	288	61,80%	44	-84,72%
Encerradas	157	242	54,14%	52	-78,51%
Pendentes	72	116	61,11%	106	-8,62%
Arquivo Provisório	3	1	-66,67%	1	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação aumentou 61,11% no ano de 2014. Esse percentual foi bastante superior àquele verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%).

O principal motivo dessa elevação foi o considerável aumento do número de liquidações iniciadas em 2014 (de 178, em 2013, para 288). Por sua vez, impende salientar o aumento do número de liquidações encerradas na Unidade em 54,14% em 2014.



3.3.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Frederico Westphalen - Vara	27,98%	32,78%	17,14%	67,50%	105,93%
Média no TRT4 - 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	74,05%	67,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 32,78% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 17,14% em relação ao índice do ano anterior. Todavia, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 11,38 pontos percentuais.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Entrada	Iniciadas	229	294	28,38%	68	-76,87%
	Desarquivadas para prosseguimento	7	33	371,43%	0	-100,00%
Saídas	Encerradas	215	247	14,88%	47	-80,97%
	Arquivadas Provisoriamente	35	25	-28,57%	16	-36,00%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	36	32	-11,11%	32	0,00%
	Demais	299	333	11,37%	332	-0,30%
	Total	335	365	8,96%	364	-0,27%
Saldo no arquivo Provisório		628	625	-0,48%	641	2,56%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na Vara do Trabalho de Frederico Westphalen subiu de 335 para 365 processos, o que corresponde a um aumento de 8,96%. Esse índice destoou do resultado dos dados da 4ª Região no período em questão, o qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo.

Contribuiu para esse aumento o número 19,03% superior de execuções iniciadas na comparação com o de encerradas no ano de 2014, situação já verificada em 2013, quando o número de execuções iniciadas foi 6,51% maior que as encerradas.



3.4.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Frederico Westphalen - Vara	61,95%	60,73%	-1,96%	89,15%	46,79%
Média no TRT4 - 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	91,27%	28,90%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 60,73% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 1,96% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 10,08 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Frederico Westphalen - Vara	79,89%	80,35%	0,58%	95,56%	18,93%
Média no TRT4 - 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	95,22%	12,14%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da Vara do Trabalho de Frederico Westphalen na fase de execução, a qual passou para 80,35% em 2014, - 0,58% superior à taxa registrada no ano anterior. Outrossim, a taxa de congestionamento da Unidade foi inferior ao congestionamento médio da 4ª Região em 2014 em 4,56 pontos percentuais.

3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Processos com inclusão de devedor no BNDT	67	89	32,84%	14	-84,27%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	50	36	-28,00%	6	-83,33%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	498	539	8,23%	541	0,37%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.



Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara do Trabalho de Frederico Westphalen, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.03.2015. Dessa consulta, constatou-se não haver processos com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT.

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

Incidentes processuais									
Incidente	2013			2014			2015 (até 31.03)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
Embargos de declaração	111	98	27	56	77	4	36	25	15
Antecipações de tutela	49	43	3	111	112	2	4	5	1
Impugnações à sentença de liquidação	36	28	11	29	26	8	8	10	6
Embargos à execução	50	34	22	38	45	10	9	13	7
Embargos à arrematação	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	1	4	0	1	1	0	0	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 235 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma redução de 5,24% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados aumentou 25,48% na comparação entre os anos de 2013 e 2014 (de 208 para 261). Em face disso, o número total de incidentes pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançou 24 processos, saldo 61,90% menor do que em 31.12.2013.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se a existência de um incidente (embargos à execução) apresentado há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão, conforme descrição no quadro abaixo:

1	0033000-39.2009.5.04.0551
Situação processual: Em 29.05.2012, a segunda reclamada apresentou embargos à execução. Em 17.07.2012, foi proferido despacho que deixou de receber o incidente processual. No entanto, não foram lançados os andamentos informatizados relativos à conclusão e à decisão proferida, de forma que os embargos à execução permanecem pendentes de decisão junto ao sistema e-Gestão até a presente data.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2015)



4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

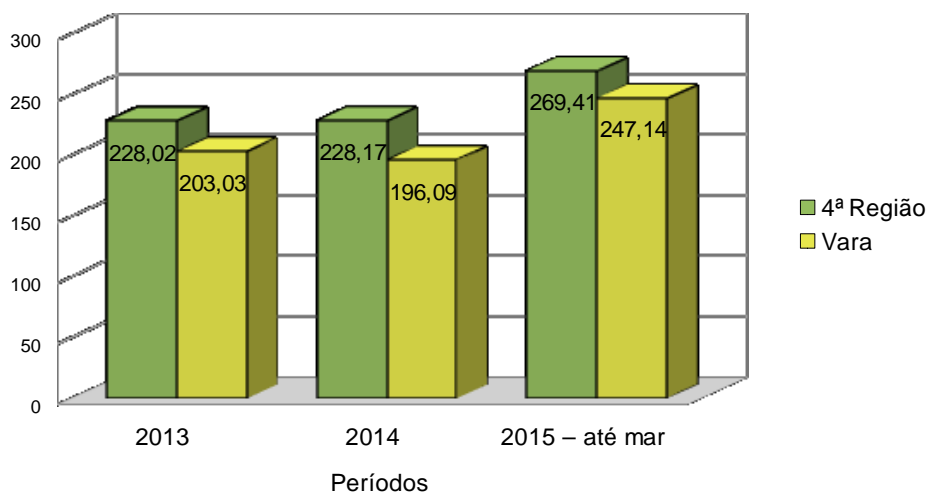
		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	78,52	63,61	-18,98%	100,75	58,38%
	Ordinário	213,04	208,33	-2,21%	250,46	20,23%
	Total	203,03	196,09	-3,42%	247,14	26,03%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença no rito sumaríssimo alcançou 63,61 dias, que equivale a queda de 18,98% em relação à média do ano anterior. Da mesma forma, o prazo do rito ordinário foi de 208,33 dias, média 2,21% menor na comparação com 2013.

Ademais, conforme apontado no gráfico abaixo, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 14,06% mais célere (32,08 dias) do que a média de todas as Unidades do TRT4, situação já verificada em 2013, quando o prazo médio da Unidade foi 10,96% menor (24,99 dias) do que a média de todas as Unidades de 1º grau da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de conhecimento





4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

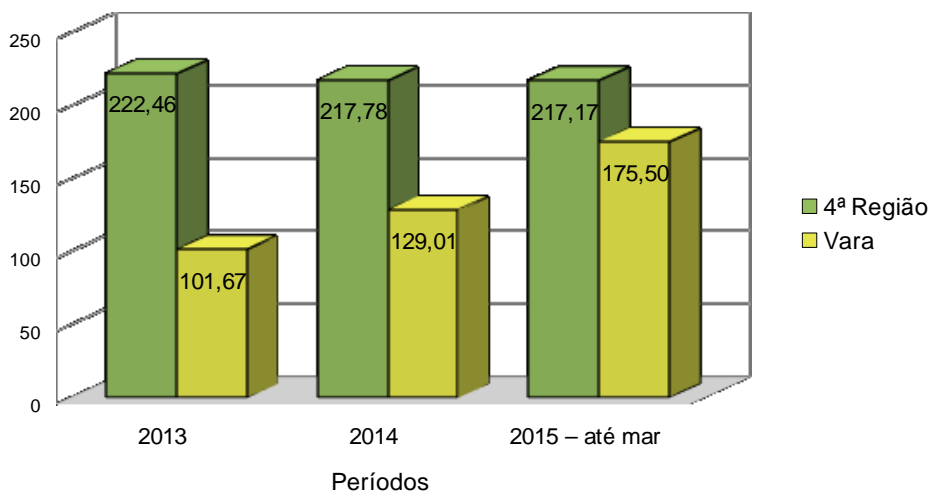
Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	85,65	111,14	29,77%	-	-
	Ordinário	103,69	130,17	25,54%	175,5	34,83%
	Total	101,67	129,01	26,89%	175,5	36,04%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2015)

No rito sumaríssimo, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação foi de 111,14 dias em 2014, que equivale a um aumento de 29,77% em relação à média do ano anterior. No rito ordinário, igualmente, o prazo médio alcançou 130,17 dias, lapso 25,54% mais moroso na comparação com 2013.

Apesar do aumento dos prazos, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 40,76% mais célere (88,77 dias) que o desempenho de toda a 4ª Região em 2014, resultado um pouco inferior na comparação com 2013, quando o tempo médio na Unidade foi 54,30% (120,79 dias) menor do que a média regional.

Prazo médio total - fase de liquidação





4.3 FASE DE EXECUÇÃO

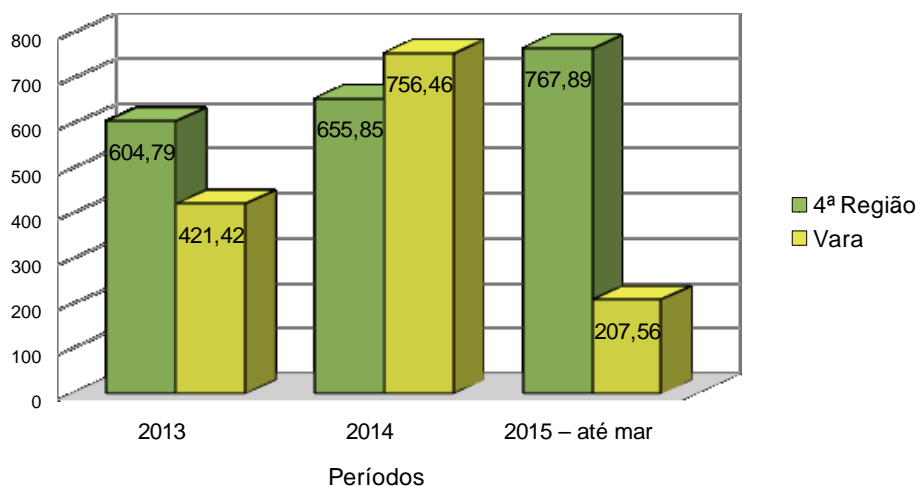
Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	338,90	351,95	3,85%	204,15	-41,99%
	Ente público	1.177,89	2.530,10	114,80%	240,75	-90,48%
	Total	421,42	756,46	79,50%	207,56	-72,56%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2015)

O prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária em 2014, nos processos em que o executado era ente privado, foi de 351,95 dias, lapso 3,85% maior que a média do ano anterior. Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução em 2014 foi de 2.530,10 dias, lapso 114,80% mais moroso que a média do ano anterior.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação na fase de execução foi 15,34% mais moroso (100,61 dias) que a média da 4ª Região, contrastando com o resultado de 2013, quando a média na unidade foi 30,32% mais célere que a média regional.

Prazo médio total - fase de execução





5 METAS

5.1 Metas do CNJ – Anos anteriores a 2014

5.1.1 Meta 2 - 2009: *“Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.*

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.2 Meta 2 – 2010: *“Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.*

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.3 Meta 2 – 2012: *“Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.*

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
495	494	99,80%	Meta cumprida

5.1.4 Meta 2 – 2013: *“Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.*

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
525	525	100,00%	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1 Meta 1: *“Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.*

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
959	682	71,12%	Meta não cumprida



5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.

Questionário para cálculo da Meta				
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor 2011	Valor 2012
P2.1	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA , excluídos os suspensos até 31/12/2013 .	Única	36	362
P2.4	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2013 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	0	0
P2.7	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2013 que sairam da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	0	0
P2.10	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2013 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2014.	Mensal	0	16
P2.13	Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2013	Única	35	340

*Percentual de cumprimento da meta= $((\Sigma P2.10 + P2.13) / (P2.1 + \Sigma P2.4 - \Sigma P2.7)) \times 1000/K$, onde K=9 no período de referência até 31.12.2011 e K=8 no período de referência até 31.12.2012

META 2/2014 CNJ – Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado
108,0	Meta cumprida*
META 2/2014 CNJ – Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado
117,4	Meta cumprida*

*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%

5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (*percentual precedido do sinal positivo*) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (*percentual precedido do sinal negativo*) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1.032
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	14
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	213
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	244
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	1
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	227
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	198
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	2
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	289
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	2
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	223
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	0
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	19
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	1
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	110
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	6

* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** = $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$
Percentual de redução - Execução Fiscal = $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$



META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
0,36%	Meta não cumprida
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
-11,11%	Meta não cumprida

5.2.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.3 Metas do CNJ – Ano de 2015

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.03.2015	Solucionados até 31.03.2015	%	Resultado parcial (até março)
153	181	118,30%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P2.1	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA, excluídos os que se encontravam suspensos em 31/12/2014.	Única	393
P2.4	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	0
P2.7	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	0
P2.10	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2015.	Mensal	17
P2.13	Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2014	Única	326



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

*Percentual de cumprimento da meta= $((\Sigma P2.10 + P2.13) / (P2.1 + \Sigma P2.4 - \Sigma P2.7)) \times 1000/9$

META 2/2015 CNJ – Julgamento dos processos ajuizados antes de 31.12.2013	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado parcial (até março)
97,0%	Meta ainda não cumprida*

*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%

5.3.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 31.03)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 31.03)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até março)
68	56	82,35%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até março)
0	Meta já cumprida

5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ				
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014	Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (31.03.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até março)
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento
2º Estado do Rio Grande do Sul	24	18	23	
3º Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	15	7	14	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	52	42	51	da meta
5º	União	2	1	1	
6º	OI S.A.	0	0	0	
7º	<u>Proservi Serviços de Vigilância Ltda.</u> (Em Recuperação Judicial)	14	7	13	
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	1	1	0	
9º	Banco do Brasil S.A.	19	9	18	
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	

5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 31.03)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até março)
228,17	196,09	247,14	194,13	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 31.03)	Meta para 2015	Resultado parcial (até março)
Total de acordos	249	263	256	73	259	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
Média mensal de acordos	20,75	21,92	21,33	24,33	21,58	



6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças e quartas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	5 (I) 1 (U) 4 (P)	5 (I) 1 (U) 4 (P)	-	-
Tarde	-	6 (I) 1 (U) 4 (P)	6 (I) 1 (U) 4 (P)	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 19.05.2015)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
Inicial	07.07.2015	03.06.2015
Una Sumaríssimo	10.06.2015	03.06.2015
Instrução	28.10.2015	28.10.2015
Tentativa de acordo em execução	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 19.05.2015)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	33,21	34,25	3,13%	38,5	12,41%
	Ordinário	41,99	49,6	18,12%	63,61	28,24%
	Total	41,35	48,79	18,01%	62,71	28,53%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2015)



O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio ampliado de 33,21 dias, em 2013, para 34,25 dias, em 2014 (elevação de 3,13%). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 41,49 dias, em 2013, para 49,6 dias, em 2014 (elevação de 18,12%).

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2014					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Bárbara Fagundes	264	119	20	2	405
Diogo Souza	139	91	11	0	241
Felipe Jakobson Lerrer	58	18	7	0	83
José Carlos Dal Ri	25	18	0	0	43
Patrícia Helena Alves de Souza	233	131	8	16	388
Rachel Albuquerque de Medeiros Mello	202	115	6	1	324
Rafael Moreira de Abreu	83	32	1	0	116
Total	1.004	524	53	19	1.600
2015 (até 31.03)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Diogo Souza	115	103	5	1	224
Evandro Luís Urnau	0	1	0	0	1
Total	115	104	5	1	225

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2015)

6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.



6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Bárbara Fagundes	67	76	0	143	15	158
Diogo Souza	39	30	0	69	26	95
Evandro Luís Urnau	-	1	0	1	-	1
Felipe Jakobson Lerrer	8	17	0	25	1	26
Giani Gabriel Cardozo	-	1	0	1	4	5
José Carlos Dal Ri	10	44	0	54	-	54
Patrícia Helena Alves de Souza	75	38	0	113	18	131
Rachel Albuquerque de Medeiros Mello	41	87	0	128	24	152
Rafael Moreira de Abreu	23	25	0	48	12	60
Total	263	319	0	582	100	682
2015 (até 31.03)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Bárbara Fagundes	-	11	0	11	-	11
Diogo Souza	70	27	0	97	25	122
Evandro Luís Urnau	3	2	0	5	3	8
Felipe Jakobson Lerrer	-	1	0	1	-	1
Patrícia Helena Alves de Souza	-	40	0	40	-	40
Total	73	81	0	154	28	182

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2015)

6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz Titular Diogo Souza		
0000134-02.2014.5.04.0551 (Mais antigo. Concluso em 11.11.2014: 6 meses e 9 dias)	0000906-62.2014.5.04.0551	0000500-41.2014.5.04.0551
0000657-48.2013.5.04.0551	0000133-17.2014.5.04.0551	0000512-55.2014.5.04.0551
0000169-59.2014.5.04.0551	0000305-56.2014.5.04.0551	0000519-47.2014.5.04.0551
0000224-10.2014.5.04.0551	0000307-26.2014.5.04.0551	0000553-22.2014.5.04.0551
0000247-53.2014.5.04.0551	0000308-11.2014.5.04.0551	0000565-36.2014.5.04.0551
0000282-13.2014.5.04.0551	0000355-82.2014.5.04.0551	0000942-07.2014.5.04.0551
0000292-57.2014.5.04.0551	0000356-67.2014.5.04.0551	0000943-89.2014.5.04.0551
0000443-57.2013.5.04.0551	0000790-90.2013.5.04.0551	0000949-96.2014.5.04.0551
0000932-60.2014.5.04.0551	0000246-68.2014.5.04.0551	0000989-78.2014.5.04.0551
0000250-08.2014.5.04.0551	0000391-27.2014.5.04.0551	0007200-92.1998.5.04.0551



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000523-21.2013.5.04.0551	0000392-12.2014.5.04.0551	0000091-31.2015.5.04.0551
0000473-58.2014.5.04.0551	0000394-79.2014.5.04.0551	0000529-91.2014.5.04.0551
0000315-03.2014.5.04.0551	0000395-64.2014.5.04.0551	0000530-76.2014.5.04.0551
0000103-79.2014.5.04.0551	0000396-49.2014.5.04.0551	0000036-17.2014.5.04.0551
0000152-23.2014.5.04.0551	0000397-34.2014.5.04.0551	0000556-74.2014.5.04.0551
0000191-20.2014.5.04.0551	0000410-33.2014.5.04.0551	0000557-59.2014.5.04.0551
0000331-54.2014.5.04.0551	0000735-08.2014.5.04.0551	0000582-72.2014.5.04.0551
0000341-98.2014.5.04.0551	0000828-05.2013.5.04.0551	0000043-09.2014.5.04.0551
0000352-30.2014.5.04.0551	0000029-25.2014.5.04.0551	0000533-31.2014.5.04.0551
0000649-37.2014.5.04.0551	0000450-15.2014.5.04.0551	0000544-60.2014.5.04.0551
0000721-58.2013.5.04.0551	0000451-97.2014.5.04.0551	0000518-62.2014.5.04.0551
0000593-04.2014.5.04.0551	0000601-78.2014.5.04.0551	-
Total: 65 processos		

Juíza Substituta Bárbara Fagundes		
0000472-73.2014.5.04.0551 (Mais antigo. Concluído em 05.02.2015: 3 meses e 15 dias)	-	-
Total: 01 processo		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 no dia da correção)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Tarefa executada em 24h.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Tarefa executada em 48h.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Tarefa executada em 24h.

7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

Tarefa executada em 24h.

7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Tarefa executada em 24h.



7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Na data da visita correcional estava sendo certificado o decurso de prazo de 13.05.2015.

7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Tarefa executada uma vez por semana.

7.8 CONVÊNIOS

A Unidade utiliza os convênios regularmente.

7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Não havia pendências na data da visita correcional.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000653-11.2013.5.04.0551 ¹	17.04.2015	18 dias
2	0001013-09.2014.5.04.0551 ¹	17.04.2015	18 dias
3	0000715-51.2013.5.04.0551 ¹	18.04.2015	17 dias
4	0001066-87.2014.5.04.0551 ¹	20.04.2015	15 dias
5	0001033-97.2014.5.04.0551 ¹	20.04.2015	15 dias
6	0000167-94.2011.5.04.0551 ¹	20.04.2015	15 dias
7	0000190-69.2013.5.04.0551 ¹	20.04.2015	15 dias
8	0001024-38.2014.5.04.0551 ¹	22.04.2015	13 dias
9	0116500-71.2007.5.04.0551 ¹	24.04.2015	11 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.05.2015)

¹ Expedida notificação para devolução dos autos com prazo não vencido na data desta consulta.

7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000976-79.2014.5.04.0551	22.04.2015	13 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.05.2015)



7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	551-00796/14	0000836-45.2014.5.04.0551 ¹	03.02.2015	3 meses e 2 dias
2	551-00100/15	0000056-71.2015.5.04.0551	10.03.2015	1 mês e 25 dias
3	551-00180/15	0000117-29.2015.5.04.0551	06.04.2015	29 dias
4	551-00113/15	0000049-79.2015.5.04.0551	23.04.2015	12 dias
5	551-00114/15	0000050-64.2015.5.04.0551	23.04.2015	12 dias
6	551-00115/15	0000051-49.2015.5.04.0551	23.04.2015	12 dias
7	551-00210/15	0000384-06.2012.5.04.0551	24.04.2015	11 dias
8	551-00216/15	0051500-56.2009.5.04.0551	24.04.2015	11 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.05.2015)

¹ Processo arquivado definitivamente, sem baixa do mandado.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 04.05.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **137 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0000676-54.2013.5.04.0551	Aspectos gerais dos autos*: ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 135 e 136, ambas a carmim; ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 168; não foi lançado, no sistema informatizado, o andamento de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: cumprimento do despacho da fl. 50 em 13 dias; petição das fls. 65-68 apreciada em 12 dias; o recurso ordinário das fls. 180-184 foi juntado 08 dias após sua protocolização; o prazo das notificações das fls. 177-179 expirou em 31.3.2015 e a certificação de decurso de prazo foi efetuada em 15.4.2015 (fl. 185); o despacho da fl. 185 está pendente de cumprimento.
2	0000650-56.2013.5.04.0551	Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: o prazo das notificações das fls. 163-164 expirou em 06.4.2015 e a certificação de decurso de prazo foi efetuada 10 dias após (fl. 178); o despacho da fl. 178 está pendente de cumprimento.
3	0000479-02.2013.5.04.0551	Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: certificação de decurso de prazo para interposição de recurso ordinário pelo reclamante em 10 dias (fl. 98); cumprimento do despacho da fl. 118 em 14 dias; despacho da fl.169 pendente de



cumprimento.	
4	0000223-59.2013.5.04.0551
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar.	
5	0000522-36.2013.5.04.0551
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: o prazo final das notificações das fls. 354-355 expirou em 02.3.2015 e a certificação de decurso de prazo foi efetuada 16 dias após (fl. 356); até o envio dos autos à Corregedoria não foi cumprido o despacho da fl. 356.	
6	0116800-33.2007.5.04.0551
Aspectos gerais dos autos*: ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 547, 568, 658 e 668. Movimentação processual: cumprimento do despacho da fl. 607 em 09 dias; o prazo das notificações das fls. 675-676 expirou em 31.3.2015 e até o envio dos autos à Corregedoria, em 23.4.2015, não houve movimentação processual.	
7	0000363-30.2012.5.04.0551
Aspectos gerais dos autos*: ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 234. Movimentação processual: cumprimento do despacho da fl. 238 em 08 dias; até o envio dos autos à Corregedoria não houve manifestação do Juízo acerca do depósito da fl. 256.	
8	0000018-59.2015.5.04.0551
Aspectos gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação processual: nada apontar.	
9	0000837-30.2014.5.04.0551
Aspectos gerais dos autos*: não consta dos autos a carta de preposição referente à representante da reclamada que se fez presente à audiência da fl. 29; não consta dos autos procuração outorgada pela reclamada. Movimentação processual: nada a apontar.	
10	0000476-13.2014.5.04.0551
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar.	

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
Ausência de prazo final do acordo	0001057-28.2014.5.04.0551
	0000330-69.2014.5.04.0551
	0000583-57.2014.5.04.0551



Demora no impulso processual/registros desatualizados	0000146-50.2013.5.04.0551
	0000447-94.2013.5.04.0551
	0021300-42.2004.5.04.0551
Execução reunida ou suspensão do processo sem registro no inFOR	0029900-96.1997.5.04.0551

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocadamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

A implantação do PJE na Unidade Judiciária ocorreu em 10.04.2015. Para efeito correccional, foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 12.05.2015 e 15.05.2015 e com nova verificação na data da inspeção, juntamente com a Diretora de Secretaria. A posição, na data da visita correccional, é a que segue:

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos c/petições avulsas	-	07	Todos de 18.05.2015	18.05.2015
C/pedido de tutela	-	-	-	19.05.2015



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

não apreciados				
C/petições não apreciadas	-	01	20001.44.2015	19.05.2015
C/habilitações não lidas	-	-	-	19.05.2015
Mandados devolvidos OJ	-	-	-	19.05.2015
Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando cumprimento prov	-	-	-	19.05.2015
Aguardando cumprimento exec.	-	-	-	19.05.2015
Aguardando cumprimento liq.	-	-	-	19.05.2015
Aguardando término dos prazos	-	02	20037.86.2015	07.05.2015
Apreciar urgentes	-	-	-	19.05.2015
Controle manual prazo pós sent.	Por data de vencimento do prazo	01	20006.66.2015 (Subpasta de 16 a 20.05.2015)	19.05.2015
Prazos vencidos	-	-	-	19.05.2015
Triagem inicial	-	10	05 processos de 16.05.2015	16.05.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Há poucos processos tramitando no meio eletrônico. De qualquer modo, a Unidade foi orientada a observar o teor do art. 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria quanto à designação de audiências iniciais (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

A Diretora de Secretaria foi aconselhada a manter o gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual, bem como observar e orientar os servidores para que sejam lançados andamentos corretos a fim de evitar pendências e inconsistências futuras.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Entre os aspectos verificados no sistema e-Gestão quanto à tramitação processual na unidade, destaca-se, inicialmente, o significativo aumento de casos novos a partir do ano de 2014 – foram ajuizados pouco mais de duzentos (200) processos do que no ano anterior. Ademais, o acervo geral da unidade, que se situava próximo aos 1.500 (mil e quinhentos) processos em 2013 passou, em 2014 e início de 2015, a patamar pouco abaixo de 2.000 (dois



mil) processos. O acréscimo de demandas, contudo, foi bem administrado na unidade, na medida em que os prazos médios de tramitação processual estiveram, tanto na fase de conhecimento, como na fase de liquidação, abaixo dos parâmetros médios regionais. Somente a fase de execução apresentou lapso de tramitação acima da média do Estado e, ainda assim, deve ser considerado que esse índice na unidade está relacionado às execuções contra a Fazenda Pública – a propósito, foi a Diretora de Secretaria Maria Augusta Roani orientada a lançar o andamento “extinta a execução” naquelas ações em que já foi expedido o precatório. A unidade ainda apresentou bom desempenho e cuidado em relação à inclusão de devedores no BNDT, não tendo sido encontrado nenhum lançamento equivocado em execuções já encerradas definitivamente. O comprometimento com o trabalho e os resultados a serem obtidos pela unidade estão presentes e transparecem também na ausência de lapsos relevantes quanto à análise dos processos físicos.

A propósito do “Acompanhamento Funcional” que tem sido realizado pela Direção da SEGESP desde o segundo semestre de 2014, em razão de determinação expressa na decisão proferida no Processo Administrativo Disciplinar 0008221-82.2013.5.04.0000, a Diretora de Secretaria informou que o resultado, no seu entender, tem sido positivo, por ter sido orientada a adotar melhores posturas no ambiente de trabalho. Segundo referido pela gestora, atualmente, o relacionamento entre os servidores é mais harmônico, mas ainda há aspectos a aprimorar.

Ao final da Correição, diversos servidores da Unidade manifestaram interesse em conversar com a Corregedora, separadamente, sem a presença da Diretora de Secretaria e do Assistente de Direção; em linhas gerais, relataram que persistem os problemas que ensejaram a instauração do Processo Administrativo Disciplinar e o mencionado acompanhamento funcional, circunstância que teria inclusive, mais recentemente, prejudicado o curso de treinamento para o sistema PJe que havia sido instalado na unidade há poucas semanas.

Após, a Corregedora ouviu a Diretora Maria Augusta e o Assistente de Direção Cristiano Silva dos Santos e os orientou a prosseguir com as práticas sugeridas pelo Acompanhamento Funcional para melhorar o relacionamento entre os servidores da unidade.

O Juiz Titular Diogo Souza esteve presente e mostrou-se colaborativo durante a inspeção correcional. Em relação às sentenças a prolatar em processos conclusos há mais de 50 dias, reafirmou seu compromisso com a Corregedora em relação ao seu plano de trabalho.

12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1/2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no



mesmo período (item 5.2.1), de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 - 2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

ITEM 6.3 - PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT

13 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da impugnação à sentença de liquidação apresentada pela reclamada no processo nº 0033000-39.2009.5.04.0551.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 5.3.2 (Meta CNJ 2/2015)

Determina-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias ao cumprimento dessa meta, destacando-se a necessidade de julgamento de, no mínimo, 28 processos dentre aqueles distribuídos até 31.12.2013 ainda pendentes na fase de conhecimento para alcance do percentual exigido.

Para tanto, sugere-se que a Unidade consulte o relatório “A.1.3.2 – Pendentes de Solução por Ano do Processo” disponível no sistema e-Gestão através do caminho e-Gestão → 1ª Instância → 3–Relatórios Gerenciais → A-Das Varas do Trabalho → 1-Conhecimento → 3-Pendentes de Solução. Tão logo se visualize o relatório, deve-se filtrar os resultados específicos da Unidade através do campo “Município-Vara (Todos os Valores)▼”, não somente na aba “1.Resumo por Ano do Processo”, mas também na aba “Lista de Processos”.



ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO

Determina-se que o Juiz **Diogo Souza** profira as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível, observada a ordem cronológica de conclusão e os parâmetros estabelecidos no seu plano de trabalho estabelecido com a Corregedoria.

Cientifique-se a Juíza **Bárbara Fagundes** acerca do processo concluso há mais de 50 dias indicado no mesmo item deste relatório para que profira a sentença com a maior brevidade possível, observada a ordem cronológica de conclusão.

ITENS 7.10.1 e 7.10.2 - ADVOGADOS E PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correcional, em como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- c) os andamentos do sistema informatizado devem espelhar com clareza e fidelidade os atos praticados nos autos, nos termos do art. 94 da CPCR, evitando-se situações como a verificada no processo 0000676-54.2013.5.04.0551, analisado no item 8.1;
- d) movimente os processos nº 0000676-54.2013.5.04.0551, 0000650-56.2013.5.04.0551, 0000479-02.2013.5.04.0551, 0000522-36.2013.5.04.0551, 0116800-33.2007.5.04.0551, 0000363-30.2012.5.04.0551, analisados no item 8.1;



- e) observe a regularização da representação processual da reclamada conforme anotações na análise do processo 0000837-30.2014.5.04.0551 (item 8.1).

8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **137 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardando cumprimento de acordo, pagamento de precatório, andamento de outros processos ou decurso de prazo). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) indique o prazo final dos acordos homologados (processos nº 0001057-28.2014.5.04.0551, nº 0000330-69.2014.5.04.0551, nº 0000583-57.2014.5.04.0551);
- b) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (processos nº 0000146-50.2013.5.04.0551, nº 0000447-94.2013.5.04.0551, nº 0021300-42.2004.5.04.0551);
- c) informe a reunião/suspensão da execução (processo nº 0029900-96.1997.5.04.0551).

ITEM 11 – CONSIDERAÇÕES

Considerando os fatos presenciados e relatados no item 11 do presente relatório, determino que seja encaminhado à Presidência do Tribunal cópia da ata para ciência.

14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os Juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da Vara do Trabalho de Frederico Westphalen, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Estiveram presentes o Presidente da OAB/Seccional local, Marcos Roberto Forchezato e o advogado Tarcísio Vendrusculo, integrante do Conselho da entidade; ambos elogiaram os servidores, o atendimento dispensado e a qualidade do trabalho prestado, mas referiram a existência de relatos de advogados inconformados com a forma de condução das audiências adotada pelo Juiz Titular. O advogado Tarcísio Vendrusculo registrou, contudo, que, pessoalmente, não houve qualquer dificuldade com o Magistrado. Compareceu, também, o advogado Rogério Vargas, tendo relatado a sua inconformidade com o fato de que a Seccional da OAB local não discutiu com os advogados, mediante consulta prévia, assuntos ou matérias que poderiam ser tratados no encontro com a Corregedora; referiu ser advogado militante há 23 anos, já tendo exercido o cargo de Presidente da Seccional da OAB local e relatou nunca ter vivenciado ou presenciado qualquer problema de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

relacionamento, cerceamento de defesa ou falta de urbanidade por parte do Juiz Titular. Referiu, ainda, que teve conhecimento de problemas de relacionamento entre os servidores, tendo inclusive sido ouvido como testemunha no Processo Administrativo Disciplinar já mencionado; sua percepção é de que o convívio, tratamento e relacionamento entre os servidores da unidade mostra-se mais harmônico.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular Diogo Souza, pela Diretora de Secretaria Maria Augusta Roani e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Beatriz Renck
Corregedora Regional